

# CRISES E IMPERMANÊNCIAS DO JORNALISMO EM UM CENÁRIO DIGITAL- EXPECTATIVAS NO HORIZONTE

*Crisis and impermanences of journalism in a digital scenario-  
expectations on the horizon*


DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/RiHC.2019.i13.03>

Enviado: 21/10/2019

Aceptado: 15/12/2019

Publicado: 15/12/2019

Ana Regina Rego

ORCID  0000-0002-0915-8715

Universidade Federal do Piauí, Brasil

[anareginarego@gmail.com](mailto:anareginarego@gmail.com)

Como citar este artículo: REGO, Ana Regina (2019): "Crises e impermanências do jornalismo em um cenário digital-expectativas no horizonte", en *Revista Internacional de Historia de la Comunicación* (13), pp. 29-52.

**Resumo:** Este texto apresenta dois polos de observação do ambiente jornalístico contemporâneo. De um lado, nosso olhar se volta para a inegável crise que se alastra pelos meios de comunicação tradicionais já há alguns anos. Este primeiro olhar é embasado por um referencial teórico em torno dos conceitos de crise, acontecimento e verdade que transportamos ao jornalismo. De outro, novas práticas, processos e linguagens informacionais que surgem diacronicamente no campo da comunicação, propondo mutações ao ethos jornalístico moderno que vigorou durante o século XX. Nesse segundo momento, nossa observação e interpretação tem como foco um horizonte de expectativas em que as mídias livres ganham espaço no cenário de disputas narrativas do século XXI.

**Palavras-chave:** Crises; Jornalismo; Comunicação; Mídias Livres

---

**Resumen:** Este texto presenta dos polos de observación del entorno periodístico contemporáneo. Por un lado, nuestra mirada se dirige a la crisis innegable que se ha extendido a través de los medios tradicionales durante algunos años. Este primer vistazo se basa en un marco teórico en torno a los conceptos de crisis, evento y verdad que llevamos al periodismo. Por otro lado, nuevas prácticas, procesos y lenguajes informativos que surgen diacrónicamente en el campo de la comunicación, proponiendo mutaciones al ethos periodístico moderno que prevaleció durante el siglo XX. En este segundo momento, nuestra observación y interpretación se convierte en un horizonte de expectativas en el que los medios libres ganan espacio en el escenario de las disputas narrativas del siglo XXI.

**Palabras clave:** Crisis; Periodismo; Comunicación; Mídias Livres

---

**Abstract:** This text presents two observation poles of the contemporary journalistic environment. On the one hand, our gaze turns to the undeniable crisis that has been spreading through the traditional media for years now. The first look is based on a theoretical framework around the concepts of crisis, event and truth that we carry to journalism. On the other, new informational practices, processes and languages that emerge diachronically in the field of communication, proposing mutations to the modern journalistic ethos that prevailed during the twentieth century. In this second moment, our observation turns to a horizon of expectations in which free media gain space in the scenario of 21<sup>st</sup> century narrative disputes.

**Keywords:** Crisis; Journalism; Communication; Free Media

# 1 Introdução

Instigados a falar sobre a *História dos novos meios no cenário digital*, nos vimos diante de paradoxos que se entrecruzam entre os campos da historiografia da comunicação e do jornalismo e que nos suscitam inquietações. ¿O primeiro questionamento que poderíamos lançar à temática a ser abordada diz respeito à história, ou, a que historiografia poderíamos nos referir? Efetivamente, não seria uma história na concepção de Certeau (2011), ou seja, como um corpo morto, uma presença de uma ausência entre presentes, muito embora, tanto quanto na proposição deste historiador francês, nos exigiria uma operação historiográfica, considerada em seu tripé de constituição e, portanto, como um lugar social, uma prática e uma escrita. A segunda inquietação posta refere-se ao conceito de *novo* enquanto novidade tecnológica inserida no campo comunicacional. O *novo* concebido e naturalizado como tudo o que se refere ao ambiente digital. Mas o que seria esse *novo*, já que há mais de duas décadas o campo comunicacional, a mídia e as tecnologias da comunicação e da informação no ambiente virtual estão trabalhando de forma intrínseca e possuem uma incontestável centralidade na vida das pessoas em sociedade?

O paradoxo inserido no título, portanto, se localiza na interseção entre o passado enquanto histórico e o futuro enquanto tempo da novidade, o passado enquanto uma experiência inacabada, mas que reclama para ser contada nos anais da historiografia e o futuro passado, cuja expectativa se narra como novo. Em verdade, a história dos *novos meios* quer se impor como a história de um presente em ruptura, nas palavras de Arendt (*apud* Hartog, 2015:22), localizado em um estranho entremeio, “entre as coisas que não são e as coisas que ainda não são”.

Diante do paradoxo, optamos por abordar *as crises e impermanências do jornalismo no cenário digital*, que nos permite trabalhar tanto uma história inicial do campo, como sua historicidade transformadora.

Por outro lado, desenvolver este texto tendo como foco as crises do jornalismo nos permite deixar claro o nosso lugar social (CERTEAU, 2011), intrínseco às ciências humanas e sociais, e tendo como certo o ataque generalizado que o campo científico sofre no Brasil, em que se pratica uma narrativa holística de combate às ciências e que descredencia as humanidades como campos científicos.

O objetivo do presente artigo é expor a partir de um processo hermenêutico, as crises e impermanências que acontecem no campo comunicacional e jornalístico e que extrapolam a jurisdição destes campos e se estabelecem de forma reticular com os diversos cruzamentos narrativos que disputam a atenção dos públicos, tanto no mercado, como nos cenários mais íntimos. Para tanto, procuramos interpretar as ações das mídias livres no cenário brasileiro contemporâneo.

Por outro lado, mas no mesmo caminho, vale destacar que, tendo em vista nossa observação focada no ambiente jornalístico brasileiro contemporâneo, não podemos deixar de considerar contextualidade e temporalidade imbricadas em uma leitura do tempo que nos fornece narrativas atuais sobre um cenário sombrio em que o papel da comunicação tem sido de grande relevância para o sucesso das narrativas políticas conservadoras e, em alguns casos, devastadoras, no Brasil.

Contextualidade entendida aqui, conforme Barbosa e Rêgo (2017: 10), enquanto um “ [...] ambiente em que se constitui a essência das mutações, dos acontecimentos e de constituição dos próprios campos”. Logo, considerando que a nossa relação contextual/temporal contemporânea tem imposto ao campo da comunicação, do jornalismo e da informação, reações às práticas midiáticas concentradoras e muitas vezes manipuladoras dos meios já tradicionais<sup>1</sup> e, principalmente, às práticas cada vez mais comuns do que se denomina pós-verdade<sup>2</sup> e “*fakes news*”, que proliferam pelas mídias sociais digitais; propomos um olhar sobre as mídias livres, ou o midialivrismo, como um horizonte que se impõe e impõe transformações nas práticas, nos processos e formas de narrar a informação.

Este texto se estrutura e se desenvolve em torno de alguns pontos principais de observação. Em um primeiro momento, destacamos a crise, trazendo o conceito para o campo da comunicação. Posteriormente, trabalhamos o acontecimento, a verdade e a não verdade. Em seguida, trazemos críticas e proposições epistemológicas, para depois nos debruçarmos sobre as potencialidades das mídias livres como horizontes alternativos ao cenário de crise vivenciado pelo jornalismo tradicional e que nascem exatamente como resultantes do processo de crítica ao mercado da informação e do jornalismo.

O processo metodológico é pautado na hermenêutica da consciência histórica proposta por Ricoeur (2010) em que a compreensão e interpretação das narrativas são mediadas pelos conceitos de tradição, tradicionalidade e tradições, observando ainda as entradas temporais para interpretação da narrativa, dentro do círculo hermenêutico, em que primeira mimese ( pré-figuração), segunda mimese( configuração) e terceira mimese ( refiguração) da ação narrativa se apresentam como portas cíclicas do processo interpretativo.

---

<sup>1</sup> Compreendido no terceiro sentido proposto por Ricoeur (2010) ou seja, tradição enquanto portadora de uma verdade do passado.

<sup>2</sup> *Oxford Dictionaries* conceituam a pós-verdade como “[...] circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (*Oxford Dictionaries*, 2016).

## 2 Crise: do conceito histórico político ao campo jornalístico

Nossa abordagem tem como guia inicial o pensamento de Reinhart Koselleck (2009) que afirma que a crise nasce da dissociação e perda do vínculo com o passado, que, por sua vez, convoca distintos vínculos com o futuro. Por outro lado, a crise também se instaura, na visão deste autor, pela atuação do pensamento crítico numa esfera política. A crise tem, dentre outros processos de acionamento, a crítica a um passado rejeitado em uma conjuntura de um determinado presente que logo se transforma em um futuro passado, em que a crise se arrasta, às vezes, de forma contumaz.

Para François Hartog (2015), o processo de crise tem como ponto nevrálgico uma assimetria exposta entre a experiência e a expectativa. Logo, quanto menos se conhece o passado, quanto menos se confia na história, mais se tem medo do futuro, mais a expectativa se transforma em angústia, provocando dúvidas e lutas permanentes que são motivadoras e mantenedoras da crise.

Na atualidade, tanto quanto em momentos anteriores da história, as crises se agravam e se estendem entre os campos político e comunicacional. Nesse sentido é que as palavras que Koselleck (2009:138) destina ao tempo das luzes, da crítica e do progresso podem também ser aplicadas ao momento presente, sobretudo quando destaca que “[...] a realidade da crise é a transferência, para a política, de uma luta de forças supostamente polares. A jurisdição moral determinava a consciência política nascente”. Nesse ponto, o autor já nos fala sobre a instauração de um desentendimento no seio da sociedade, em que o dualismo determina a vida política, considerando que a decisão política passa a ser o resultado de um processo moral de julgamento.

O conceito de crise, portanto, compreende uma unidade dos eventos e não deixa espaço para divisões dualistas que deixam um domínio extra-estatal intocado. Mas o conceito de crise, vinculado por Rousseau ao sentido de anarquia política, a crise como ruptura de toda ordem, como desmoronamento de todo o regime de propriedade, ligada a convulsões e agitações imprevisíveis, ou seja, a crise como crise política do Estado como um todo, não representava de modo algum a forma como se exprimia a consciência burguesa dessa mesma crise. Ao contrário, a consciência pré-revolucionária da crise se alimenta da forma específica de crítica política feita pela burguesia ao Estado absolutista (KOSELLECK, 2009: 145-146).

A crise potencializada caminha para rupturas do *status quo* então vigente. Nesse sentido é que Koselleck destaca que o resultado de uma crise política pode ser a liberdade ou a escravidão, como pontos culminantes de uma visão que cada sociedade tem si mesma em seu tempo. “De fato, ela é somente o fim do processo crítico que a

sociedade, separada do Estado, moveu contra este Estado” A crítica se transforma em um tribunal moral, cujas leis estão escritas nos corações dos críticos burgueses” (KOSELLECK, 2009: 150).

Do ponto de vista histórico, as rupturas sempre foram pontos de interesse para uma narrativa historiográfica, portanto, o presente histórico sobre o qual nos debruçamos carrega em si a potência de sua historicidade. Não falamos, como dito, em história enquanto corpo completamente morto, na concepção de Certeau (2011), mas nos situamos no momento de sua construção social, em que memória e história, mãe e filha, *Mnemosyne* e Clio se constroem, se estruturam e se alimentam.

Nesse ponto, vale ponderar que as crises atuais no ambiente jornalístico partem não somente de uma dissociação com o passado, mas de uma revelação da íntima ligação que o *ethos* jornalístico (LEAL, 2018), forjado na modernidade, manteve e ainda mantém com o mercado da informação, como também da visibilidade dos caminhos que o jornalismo construiu para dotar a sua narrativa de uma credibilidade vendável. Nesse mesmo lugar, as práticas predatórias de um jornalismo que se autolegitima como credor da verdade se tornaram transparentes, trazendo consequências ao mercado e ao campo.

Por outro lado, o empoderamento social possibilitado pelas tecnologias e, sobretudo, pela comunicação reticular e em rede tem abalado as estruturas tradicionais de produção e circulação de notícias, com produção e fruição de falsas informações. Além disso, em um cenário virtual, o nascimento de novos modelos de negócio tem impactado no mercado tradicional.

Todo esse cenário tem acarretado em crises no ambiente jornalístico, e falamos em crises no plural porque são processos críticos que colocam em cheque o próprio *ethos jornalístico* e tem abalado as estruturas mais seguras do campo, questionando os valores e a importância do jornalismo em um ambiente em que a sociedade não mais se enxerga como da informação, visto que o excesso se transformou em desinformação, mas sim se situa em um contexto em que o controle e a disputa pela atenção se sobressaem.

A crise no jornalismo, portanto, parte da consciência que a sociedade adquire das práticas do campo, como também do uso abusivo de práticas manipulatórias e intrínsecas ao jornalismo no mercado da informação, dentre outros fatores acima já relacionados. Em xeque: acontecimento, notícia e verdade em confronto com a não verdade.

## 2.1 O acontecimento, a verdade e a não verdade

Nesse sentido, há que se considerar que, dentre as inúmeras abordagens possíveis para se adentrar e compreender as crises por que passa o jornalismo e seu mercado, é importante perceber que a compreensão que a sociedade tem sobre os acontecimentos nos dias atuais passou a ser, em larga escala, tensionada por narrativas emocionais e não factuais, pautada em valores individuais e coletivos, o que nos leva a uma das questões centrais do *ethos* jornalístico moderno (LEAL, 2018), qual seja: seu atrelamento ao fato e seu reconhecimento social como um lugar destacado de onde se emana uma determinada “verdade” aceita e reconhecida socialmente. O novo posicionamento do público rompe de certa forma com o contrato de leitura<sup>3</sup> proposto por Veron( 2004) e impõe ao jornalismo reformulações e novas posições.

Nesse caminho, é importante pensar o acontecimento por diversas perspectivas, sobretudo as que tem procurado não somente desconstruir, mas apresentar outros prismas possíveis de compreensão dos fatos e de seu atrelamento a uma interpretação do real e de uma possível verdade. A visão de Slavoj Zizek (2017), polêmico psicanalista e filósofo esloveno da atualidade, por exemplo, desconstrói o conceito através de uma viagem filosófica. Um dos eixos de partida é a questão sobre a natureza do conceito: seria o acontecimento uma mudança na realidade ou nossa compreensão da realidade? O autor apresenta, assim, uma oposição conceitual em que uma abordagem ontológica contrapõe uma abordagem transcendental, podendo o acontecimento ser uma propriedade do real ou uma apreensão desse real. Com inspiração hegeliana e lacaniana, sobretudo, Zizek elabora os acontecimentos da filosofia e os acontecimentos da psicanálise, destacando a fluidez nos campos e entre os campos.

Já Jacques Rancière (1995) é bem preciso. Para este filósofo, o acontecimento é

[...] a conjunção de um conjunto de fatos e de uma interpretação que designa esse conjunto de fatos como acontecimento singular. Em outras palavras, é a conjunção de um conjunto de fatos e uma subjetivação. Não há acontecimento sem sentido de acontecimento, sem subjetivação de acontecimento. Para empregar uma palavra má reputada, não há acontecimento sem “ideologia”, sem um alguém por quem e para quem ele tem sentido de acontecimento (RANCIÈRE, 1995: 239).

---

<sup>3</sup> O conceito de contrato é uma espécie de espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor, paisagens onde o leitor pode escolher um caminho mais ou menos de liberdade, onde zonas nas quais ele possa se perder, ou seja, perfeitamente balizado. Ao longo da estrada o leitor encontra personagens diversos que lhe propõem atividades várias, através das quais se vêem possíveis traços de relações, segundo as imagens que estes lhes passam. Um discurso é um espaço habitado de atores, de objetos e ler é colocar em movimento este universo, aceitando ou recusando, indo mais além à direita ou à esquerda, investindo mais esforços [...] (VERÓN, 2004: 216).

Adriano Rodrigues (1993), ao tratar do acontecimento jornalístico, lembra que este seria algo que irrompe na superfície da história se destacando em meio a uma infinidade de fatos. O acontecimento jornalístico termina sendo construído a partir de um processo de produção noticiosa que dota o fato de argumentos do campo jornalístico/midiático para que este se torne vendável e capaz de chamar e manter a atenção do público. Não falaremos aqui do processo de construção/produção das notícias, nem tampouco de sua complexidade, todavia, vale chamar atenção para o fato de que historicamente, tanto no ambiente da historiografia, quanto do jornalismo, o acontecimento mantém íntima ligação com a “verdade”, ou com a política de verdade (Foucault, 2008) da sociedade em que surge/irrompe, temporalmente e contextualmente.

Acontecimento e verdade estiveram atrelados nos campos do conhecimento, durante a vigência da modernidade e suas narrativas científicas objetivas. Por outro lado, e, segundo Foucault, a verdade não está fora do poder. A verdade mundana é construída graças a coerções múltiplas e seus efeitos no mundo são regradados pelo poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade, isto é, os tipos de discursos que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, Ditos e Escritos III: 112).

É nesse escopo, enquanto uma instituição construtora, verbalizadora, projetora, mas também reguladora de uma verdade, que o jornalismo enquanto fenômeno contemporâneo se projetou socialmente como uma fala credível, a partir do lugar que ocupava como um dos *lócus* detentor do estatuto de verdade. Lugar este que vem perdendo velozmente, tanto pelo empoderamento da sociedade nas redes sociais, como pela implosão interna provocada pela visibilidade de seus reais processos e condutas. O jornalismo vive, portanto, em permanente crise, nos termos que Koselleck (2009) argumenta, visto que a crítica encontrou terreno fértil para crescer e a crise terreno aberto para se instalar.

Em meio à crise de credibilidade das instituições que antes eram suportes para “emissão” de “verdades”, e, sobretudo, no que concerne ao mundo político atual, nos inquieta a proliferação de narrativas no ambiente político midiático que possuem como foco central não o acontecimento, ou, construção do fato, ou mesmo uma representação deste, mas narrativas que se centram na emoção e nos valores e que muitas vezes são pautadas em discursos que não possuem nenhum fundo de real, o que nos leva novamente a Arendt (2011: 288) para quem



[...] embora as verdades de maior importância política sejam factuais, o conflito entre verdade e política foi descoberto e articulado pela primeira vez com respeito à verdade racional. O contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância, como nas Ciências, ou ilusão e opinião, como na Filosofia. A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações factuais; e parece significativo.

Esse embate entre o fato e sua ligação com a verdade e as narrativas emocionais e não verdadeiras, que são objeto das observações e ponderações de Arendt (2009, 2011), quando se debruça sobre o holocausto e os extremismos da segunda guerra, em que crise, catástrofe e traumas emergem em nível mundial, retorna nos dias atuais a partir do avanço conservador na esfera política no ocidente. Para Kukatani (2018:11), o declínio da verdade revela o enfraquecimento do papel dos fatos na vida pública,

E não são só notícias falsas: também existe a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e anti-vaxxers, os ativistas do movimento antivacina), a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos) , os perfis falsos de norte-americanos no Facebook ( criados por *trolls* russos ) e os seguidores de “likes” falsos nas redes sociais ( gerados por bots).

D’Ancona (2018), por sua vez, em análise similar, nos alerta para o que chama de tendência global que seria o desmoronamento do valor de verdade, que ele compara ao colapso de uma moeda. Para este autor, não existe mais fé pública em instituições e atores sociais que antes representavam lugares consagrados de construção e emissão de narrativas de verdade, tais como o jornalismo, a academia, a ciência etc.

Uma questão interessante é que ambos os autores mencionados por último - a saber: Kukatani e D’Ancona - elencam que, na esteira e como influência do afastamento do fato das narrativas midiáticas e históricas, estaria a desconstrução do real e da verdade trabalhados pelos filósofos, sociólogos e teóricos pós-modernos, cujos ensinamentos de algum modo teriam chegado de forma equivocada ao *establishment* político e ao homem comum, ou, como prefere Foer (2018), ao mundo que não pensa, influenciando e levando a um descrédito das narrativas midiáticas/jornalísticas, como também, das narrativas científicas e históricas.

## 2.2 Em busca de caminhos epistemológicos, de novas práticas, novos processos e novos horizontes

A contextualidade exposta é, portanto, complexa e pressupõe novas posturas aos profissionais e cientistas que trabalham com proximidade ao factual e precisam reforçar seus lugares de produção de narrativas credíveis, sejam elas científicas, históricas ou jornalísticas, uma vez que a crença se destaca nos dias atuais, impulsionada por valores pessoais e, em grande medida, por uma narrativa religiosa conservadora de grande alcance e repercussão.

Nesse sentido é que Muniz Sodré (2014), imbuído de uma intencionalidade crítica, mas também de fortalecimento da epistemologia do campo da comunicação, propõe uma ciência /do comum que comporte a sociedade atual.

[...] O que muda na sociedade contemporânea é a profunda afetação da experiência atual pela acessibilidade imediata das novas tecnologias da comunicação, que acaba transformando a “ferramenta” (o dispositivo técnico) numa espécie de morada permanente da consciência. O tempo da existência se inscreve na causalidade maquinal da eletrônica. Assim, a temporalidade se acelera, criando efeitos de simultaneidade e sensações do imediatismo dos acontecimentos. O “efeito SIG” (simultaneidade, instantaneidade e globalidade) já está definitivamente inscrito na temporalidade cotidiana, abolindo todas as distâncias espaciais pela prevalência do tempo (SODRÉ, 2014:115).

Nesse cenário, se seguirmos com Sodré e Wolton, por exemplo, vamos perceber, pelo menos de imediato, um dos lados do processo de crítica que culmina com a crise holística que se estabelece nos meios jornalísticos no cenário digital. Visto que os

[...] mediadores, para se protegerem das pressões que sofrem do exterior, se autolegitimam e consideram suas escolhas como objetivas e justas. Eles estão convencidos – e isto é, sobretudo, verdadeiro para a elite jornalística - de desempenhar um papel essencial. O enorme sistema de comunicação de nossas sociedades chega assim ao resultado paradoxal de só iluminar um número limitado de problemas e de interlocutores (SODRÉ, 2014:116).

Nesse diagnóstico inicial, o autor aponta para vertentes problemáticas e concernentes ao campo da comunicação e do jornalismo. De um lado, a autolegitimação acarreta em contrafeitos epistemológicos, uma vez que, “[...] o discurso produzido pela mídia sobre a mesma perturba o princípio epistemológico da não consciência, segundo o qual são inadequadas as motivações dos agentes sociais para se estabelecer o sentido de suas ações” (*idem*). O que por sua vez acarreta em um conflito no campo das representações que a comunicação constrói sobre si mesma.

Imerso numa insólita continuidade entre o sujeito e o objeto, o meio profissional constrói uma narrativa sobre a sua própria atividade, com um fundo pedagógico, mas certamente diferente da reflexão escolarizada (a educação sistemática) que a disciplina científica favorece, embora o jornalismo dito “de qualidade”, pari passu com o declínio generalizado da forma escolar, tenha assumido aos poucos o discurso das ciências sociais (SODRÉ, 2014:118).

Em outro prisma, os meios jornalísticos de “referência” comumente, como afirma Sodr e acima, limitam os atores sociais que podem ter suas falas visibilizadas atrav es da grande m dia, deixando grande parte da sociedade sem acesso a uma voz que tenha alcance nacional. O monopólio da fala reduz a diversidade narrativa, deixando que poucas versões discursivas prevalesçam, muitas vezes forjando um consenso a partir da agenda da média.

O fato é que, analisando as práticas e não as constru es epistemológicas, como faz Sodr e, nós nos deparamos com a mesma tensionalidade, uma vez que “[...]mergulhados na onipresença da informação e das redes, na qual cada um é potencialmente capaz de se exprimir, os públicos não se deixam constituir facilmente como objetos de análise [...]” (SODR E, 2014: 118). Como bem destaca o autor, há um hibridismo entre os atores da produção e do consumo, ou melhor, entre o conhecimento e o consumo que “[...] manifestadamente se confundem, estreitando o espaço para a emergência de um campo aut nomo do saber comunicacional que deveria funcionar como um novo tipo de mediação crítica entre os atores sociais afetados pela dimensão tecnomercadol gica” (*idem*).

Por outro lado, a sociedade da desinformação, ao lado das estratégias de um mercado que disputa nossa atenção o tempo todo, nos leva, em diversas vertentes, a uma impotência do agir comunicativo, o que, por sua vez, converge para questões complexas e provoca pontos de ruptura, como dito, entre os contratos de leitura anteriormente vigentes entre os meios jornalísticos e a sociedade, sob a vigência do desentendimento<sup>4</sup> de caráter político, no sentido de Ranci re (2018). Na economia da atenção,

---

<sup>4</sup> Por desentendimento entendemos um tipo determinado de situação de fala: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que o outro diz. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende o que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. A generalidade da fórmula exige evidentemente algumas precisões e obriga a fazer distin es. O desentendimento não é o desconhecimento. O conceito de desconhecimento pressupõe que um outro dos interlocutores ou os dois - pelo efeito de uma simples ignorância, de uma dissimulação concertada ou de uma ilusão constitutiva - não saibam o que um diz ou que diz o outro. Tampouco é o mal-entendido produzido pela imprecisão das palavras (RANCI RE, 2018:10).

[...] em um mundo rico de informações, a riqueza de informações significa a escassez de algo mais: a escassez do que quer que seja que a informação consume. O que ela consome é bem óbvio: a atenção de seus recipientes. Assim, uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção e a necessidade de alocar a atenção eficientemente entre uma super-abundância de fontes de informação que pode consumi-la (SIMON,1979).

Por outro lado, como dito, impõe-se uma impotência do agir comunicativo<sup>5</sup> enquanto gerador de racionalidade, criticidade e razoabilidade e proposto enquanto uma alternativa pra uma ação estratégica intencional e manipuladora ( HABERMAS, 2019). O agir comunicativo seria o motivador para o diálogo, objetivando o entendimento pautado em decisões consensuais.

Todavia, tomando como base os atuais processos comunicativos, degenera-se a capacidade para o diálogo e as bolhas se estabelecem intencionalmente pelas estratégias de marketing pautadas em uma psicologia behaviorista, que se estruturam e se disseminam, em grande medida, por meio de *bots* e algoritmos, como no caso das campanhas políticas desenvolvidas pela *Cambridge Analytic* na Europa, África e América do Norte que tem como mote estratégias intencionais de construção da ignorância.

No jornalismo é interessante acompanhar o processo de implosão dos valores de uma sociedade e de suas construções basilares e constituídas no regime de historicidade da modernidade (HARTOG, 2015), cujos pilares estão sofrendo embates e críticas diárias.

O fato é que o *ethos* jornalístico constituído em um ambiente moderno, sobretudo como uma prática social mercadológica e vendável por sua proximidade com a factualidade, através de métodos criados para manter essa proximidade minimamente visível aos olhos do público; tem sido contestado e apropriado pelo *mainstream* político de vários países, mas também, pela sociedade e pelo mercado da desinformação que, empoderados, produzem conteúdos sem ter a factualidade ou uma proximidade possível com a verdade, como preocupação.

A credibilidade de um jornalismo que se constituiu mercadologicamente como lugar de fala respeitável está sendo contestada e novos métodos, ou a prática de tornar métodos antigos visíveis, estão sendo testados, através, por exemplo, das agências de checagem. Todavia, tais práticas, a nosso ver, não são suficientes para que estabeleçamos um novo pacto social em torno da importância da factualidade na sociedade contemporânea.

---

<sup>5</sup> Habermas (2019) define algumas normas universais características do agir comunicativo, como o diálogo imparcial, a inclusão completa da oposição, a liberdade de opinião e a facilidade de interação, dentre outros.

Velhos meios em “novos” suportes trazem velhas e “novas” práticas, objetivando fazê-las conviver em uma sociedade que não mais faz parte do contrato estabelecido no passado. Nossa sociedade já estabeleceu novos processos de construção de cadeias informativas que muitas vezes não passam sequer pelo jornalismo, mesmo enquanto lugar de checagem.

As rupturas estão visíveis. A estrutura está exposta. Quais caminhos há para seguir?

Mesmo assim, ainda vivemos no Brasil uma grande concentração de empresas de comunicação em mãos de poucos grupos familiares e empresariais. Segundo o *Media Ownership Monitor*<sup>6</sup>, os 50 maiores veículos de comunicação do Brasil, considerando a audiência como principal parâmetro do ranking realizado pelo MOM, são controlados por poucos grupos e 26 deles estão ligados a apenas 5 famílias.

Todavia, desde o início da atual década, tem surgido no Brasil práticas de um jornalismo híbrido que tanto carrega um lastro do passado enquanto prática social, como um encontro com um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2015). Essas práticas podem ser visualizadas no que se está denominando de mídia livre, como também em sites de jornalismo interpretativo e explicativo, mas que, em si, se revelam como um jornalismo que aponta seu lado e se propõe a ser resistência em um cenário político extremamente complicado.

Esses sites e plataformas seguem os passos do Indymedia (2000), CMI (2001), dentre inúmeros outros, do então denominado jornalismo cidadão, que se destacaram com o *webjornalismo* entre os séculos XX e XXI.

### 3 Um olhar inicial para as mídias livres no Brasil

No começo deste texto, deixamos claro o seu caráter híbrido, portanto teórico-empírico, ensaístico e interpretativo, cujo processo de análise e interpretação tem como guia a hermenêutica da consciência histórica de Ricoeur (2010). O intuito inicial foi proporcionar um encontro entre epistemologias, teorias e conceitos em transição e a prática jornalística, em um exercício da praxe.

Todavia, não há aqui uma intencionalidade de análise profunda e resultados definitivos, mas tão somente um processo de interpretação ainda inicial que esperamos, possa levar a pesquisas mais aprofundadas.

---

<sup>6</sup> O *Media Ownership Monitor* é uma iniciativa do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha em parceria com a Organização *Repórteres sem Fronteiras*.

No ambiente das mídias livres, portanto, voltamos nosso olhar para dois dos principais coletivos que tem sede no Brasil, a saber: *Mídia Ninja* e *Jornalistas Livres*.

### 3.1 Mídia Ninja

A *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), nascida em 2011 a partir de uma articulação da rede de coletivos denominada *Fora do Eixo*, se configura como uma rede de mídia declaradamente de inclinação ideológica de esquerda, com uma atuação sociopolítica, e se declara como uma alternativa à imprensa mercadológica. A rede encontra-se presente em mais de 250 cidades brasileiras.

A *Mídia Ninja*, além de ser uma rede de jornalistas, colunistas e colaboradores que se espalham pelo país, trabalha a partir da integração das mídias e das redes sociais com canais no Facebook, Twitter, Flickr, Tumblr e Instagram, para além do seu portal de notícias. As práticas da *Mídia Ninja* se estruturam, sobretudo, a partir de um fluxo de vídeos em tempo real, aos quais se seguem notas curtas ou notícias mais explicativas.

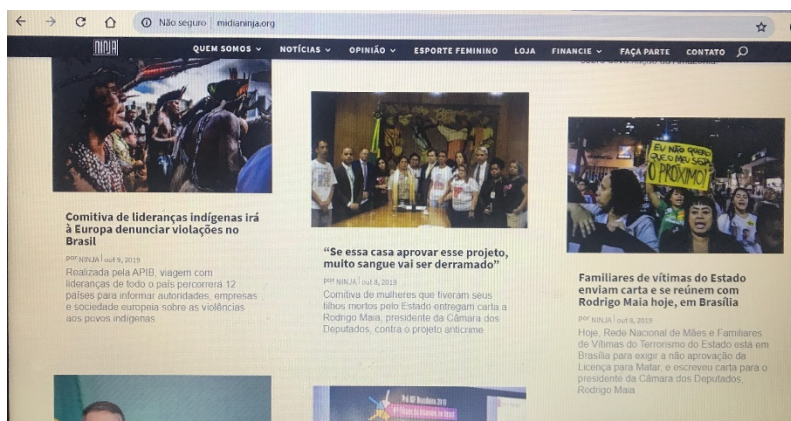


Figura 1- Portal Mídia Ninja (<http://midianinja.org/>)

Em seu portal, localizamos uma relação de perguntas sobre os principais pontos de seu modelo de trabalho no campo da comunicação, ou, como denominam, de seu arranjo. A primeira das perguntas se refere ao jornalismo: A Mídia Ninja é jornalismo? Resposta: “Sim. O Jornalismo é uma das ferramentas e linguagens que utilizamos para levantar temas e debates, fortalecendo narrativas que não têm visibilidade nos meios convencionais de comunicação”. Ainda no campo das características do *ethos* jornalístico moderno, a segunda pergunta enfoca a questão da imparcialidade. E a resposta é enfática: a *Mídia Ninja* não é imparcial.

Defendemos abertamente a parcialidade enquanto um princípio de nosso trabalho, por acreditar que nenhuma construção humana é capaz de ser imparcial, já que resulta da soma e do acúmulo de todas as suas experiências anteriores e de nossas visões de mundo.

O Jornalismo – assim como a ciência – apoiaram-se historicamente na noção de imparcialidade como forma de ter credibilidade e legitimidade. Contudo, com uma nova lógica de troca de conteúdo e com novas possibilidades de audiência, mais do que buscar uma única “verdade” para os fatos, temos hoje uma multiplicidade de leituras e possibilidades, e isso é o que qualifica atualmente o conteúdo e é a base da troca de informação e credibilidade.

Valorizamos a multiplicidade de parcialidades e buscamos alinhar a informação com um conjunto de valores e direitos sociais, com os quais temos compromisso e que para nós são fundamentais. Nossas pautas são nossas causas. Acreditamos no movimento e na transformação social, a partir de uma experiência radical de mídia livre e distribuída, a serviço de uma nova narrativa social, mais comunitária e mais afetiva (MÍDIA NINJA, 2019).

Ainda sobre a atuação no campo da comunicação, a rede esclarece o que pensa sobre as mídias tradicionais. Para a Mídia Ninja,

As grandes corporações de mídia vivem uma intensa crise. Esse momento pode ser entendido em dois aspectos principais: no âmbito econômico, de um modelo pautado pela venda de anúncios e a circulação física de publicações que não conseguem se adaptar aos novos tempos digitais, e de credibilidade, por anos e anos de omissão e manipulação de informações em prol do poder econômico e de grupos políticos de seu interesse.

A velha mídia está amarrada a uma linguagem e a um padrão de qualidade que são paradigmas do jornalismo comercial, com pouca abertura para experimentação e adaptação às novas formas de produção e interação com a informação permitidas pela explosão das redes sociais (MÍDIA NINJA, 2019).

Em grande medida, as mídias livres estão conseguindo pautar os meios de comunicação tradicionais, em parte pela grande rede que possuem com tentáculos em todo o país e, em todos os eventos, manifestações e nas mais longínquas cidades. Os jornalistas e cidadãos vinculados ou não às mídias livres, ao transmitir os eventos e denunciar situações políticas, sociais, culturais, etc., se comunicam diretamente com cada mídia, pelas redes sociais, marcando as hashtags do momento, retirando comunidades inteiras do silêncio imposto pelas mídias tradicionais. A visibilidade proporcionada pelas redes está pautando em grande medida os grandes veículos de jornalismo tradicional. Inúmeros exemplos podem ser acompanhados diariamente em temáticas que surgem na *Mídia Ninja* e que a noite se colocam como destaques no telejornalismo. Todavia, há também pautas muito divulgadas pelas mídias livres e através das redes sociais sobre as quais a mídia de “referência” se cala e tenta silenciar, visto que são pautas sociais que não fazem parte de seu interesse mercadológico e/ou político.

O site ainda esclarece como se relaciona com outras mídias livres e com a mídia tradicional. Sobre outras mídias independentes, a *Mídia Ninja* adota uma postura de positividade.

Acreditamos na colaboração e cooperação como princípios básicos para criação de novas formas de sociabilidade na sociedade contemporânea. Além disso, entendemos que neste novo contexto global, a descentralização e a democratização da comunicação são fundamentais para dar conta dos desafios de consciência dos cidadãos do mundo. Defendemos e acreditamos que é fundamental o surgimento e o desenvolvimento das mídias independentes e buscamos fomentar essa perspectiva a partir de nossas ações. Apenas com a união e colaboração entre as mídias independentes é que poderemos apresentar novas alternativas de jornalismo e comunicação e fazer contraponto a uma mídia tradicional altamente verticalizada pelos interesses econômicos e políticos estabelecidos. Sendo assim, colocamos este portal à disposição de coletivos e veículos midiativistas para divulgação de seus conteúdos e trocas de experiências. Vida longa ao midialivismo! (MÍDIA NINJA, 2019).

Já no que concerne às mídias e veículos jornalísticos mercadológicos e tradicionais, a *Mídia Ninja* se coloca como sendo um fator de transformação no campo comunicacional e jornalístico.

A Experiência da *Mídia NINJA* causou um grande abalo e trouxe novos enfoques ao debate de comunicação no Brasil. O que garantiu essa potência foi uma soma de fatores: mais de uma década de acúmulo das reflexões e práticas de *Mídia Livre*, o surgimento constante de novas tecnologias que barateiam e democratizam o acesso à produção e à distribuição de conteúdo, uma crise no sistema de comunicação que entende a informação como *commodity* e, principalmente, a existência de uma arquitetura de rede, construída a partir da experiência do *Fora do Eixo*, que foi capaz de difundir com muita eficiência o conteúdo produzido pela *Mídia NINJA*.

No contexto das Jornadas de Junho, no qual assistimos a um salto de consciência política do País, o registro e a transmissão dos protestos feitos de dentro e com múltiplos pontos de vista, apresentou um material que ao mesmo tempo ganhava muita credibilidade e era viralizado pelo público, que não se via representado pela cobertura da velha mídia. Esse quadro instigava os veículos tradicionais a tratarem o próprio projeto da *Mídia NINJA* como notícia.

Todo esse arranjo gerou ampla visibilidade e ajudou a mudar as ideias de comunicação, a partir de um exemplo prático de cobertura independente feita em rede (MÍDIA NINJA, 2019).



Consideramos, portanto, a *Mídia Ninja*, parcialmente, dentro de um escopo de uma pós-modernidade e intencionalmente e conscientemente fora de uma concepção de jornalismo pautado em um *ethos* construído dentro de um regime de historicidade da modernidade e cuja credibilidade e reputação foram construídas a partir de um pretensão lugar social de verdade, em que um método, pautado em práticas de apuração, pretensas objetividade e fidelidade ao fato, imparcialidade conferida pela oportunidade de fala das partes envolvidas no acontecimento, regia tanto a forma de atuação dos jornalistas que usavam um óculos especial e possuíam um determinado *habitus* que os relacionava diretamente ao valores do campo (BOURDIEU, 1989,1997).

Consideramos a *Mídia Ninja* parcialmente imersa na pós-modernidade, porque esta, mesmo se afastando dos métodos “antigos” de construção de narrativas informativas/jornalistas procura trabalhar em prol de uma verdade, trazendo a autoridade jornalística do passado, enquanto tradição do campo, reforçando que a verdade sobre a verdade passa por nós, jornalistas. Por outro lado, se utiliza tanto da linguagem jornalística configurando a formação das tradições instituídas no passado, como trabalha como uma correia de transição para as novas verdades anunciadas, conformando um processo de tradicionalidades, conforme Ricoeur (2010).

A *Mídia Ninja* é clara ao explicitar o seu modo de trabalho e de compreensão do jornalismo e anuncia, assim, um horizonte que se interliga a uma experiência, visto que, até o final do século XIX, o jornalismo se manifestava de forma parcial através das folhas políticas e opinativas. A *Mídia Ninja* inova com um posicionamento subjetivo e parcial, mas, tanto quanto no passado do jornalismo político, deixa claro o seu lugar social (CERTEAU, 2011).

O horizonte anunciado nos faz recorrer a Gadamer (2015), para quem nem toda verdade necessita, primordialmente, de um método moderno, ela pode estar pautada em uma visão clara de mundo que contemple os valores de uma sociedade em sua contemporaneidade. Toda objetividade passa antes por um processo de escolha subjetivo, logo, em que pese que todo jornalismo é uma narrativa feita de escolhas, há que se conferir o lugar primordial que a subjetividade possui nesse processo. Por outro lado, o reconhecimento da parcialidade como algo inerente à condição humana dota a prática jornalística de uma flexibilidade narrativa; todavia, não reduz a responsabilidade do narrador, ao contrário, se impõe um imperativo ético que interliga o profissional, o acontecimento e a narrativa exposta ao público. Novamente, tradição, tradições e tradicionalidades se fazem presentes como marcas da experiência do campo jornalístico e comunicativo que embora mutante, não se desprende completamente do passado, reforçando a necessidade de manutenção de vínculos com a experiência.

## 3.2 Jornalistas Livres

Os *Jornalistas Livres* se autodenominam uma rede de coletivos cuja característica primordial é a diversidade. “Existimos em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora”.

A rede de coletivos se coloca em oposição ao mercado jornalístico midiático e faz questão de colocar sua independência em relação ao mercado, padrões ou empresas, destacando como primordial princípio a liberdade e a defesa desta.

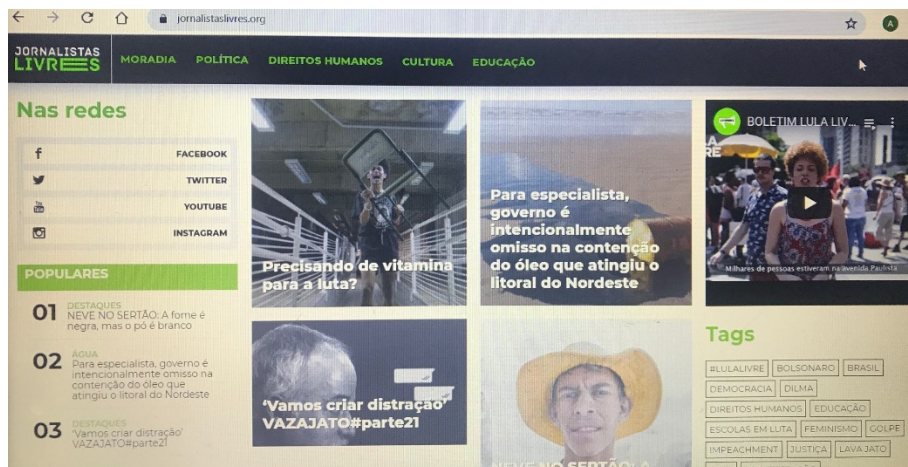


Figura 2- Jornalistas Livres (<https://jornalistaslivres.org/>)

No que concerne ao modelo narrativo adotado pela rede, destacam que produzem reportagens e lamentam

[...] o confinamento a que a indústria midiática relegou ao mais nobre dos gêneros jornalísticos e trabalhamos para reduzir o abismo de desequilíbrio. A matéria-prima de nossas reportagens é HUMANA. Almejamos um jornalismo humano, humanizado e humanizador, ancorado principalmente em personagens da vida real (não só em estatísticas), na frondosa diversidade da vida dentro da floresta (não à distância robocop das tomadas aéreas panorâmicas), na fortuna das histórias (não dos cifrões) (JORNALISTAS LIVRES, 2019).

A luta pela democratização da informação e da comunicação, assim como a luta contra a mídia tradicional que impõe um modo de pensar e de produzir jornalismo, encontra-se na pauta central dos Jornalistas Livres.

Agimos por espírito público, jamais por interesses privados. Produzimos reportagem, crônica, análise, crítica, nunca publicidade ou lobby privado. Somos jornalistas-cidadãs e jornalistas-cidadãos, **comprometidos** a informar sob a égide da cidadania e do combate às desigualdades. Trazemos notícias **dos fracos e oprimidos**, sabendo que individualmente também somos **fracos e oprimidos**[...] (JORNALISTAS LIVRES, 2019).

No que concerne à imparcialidade, tanto quanto a *Mídia Ninja*, os *Jornalistas Livres* são enfáticos:

[...] não observamos os fatos como se estivéssemos deles distantes e **alienados**. Sabemos que a mídia, o jornalismo e os jornalistas interferem diretamente naquilo que documentamos, reportamos e interpretamos. Não nos anulamos, não nos apagamos das fotografias, não nos escondemos atrás dos fatos para manipulá-los. Nos assumimos como participantes **ativos** dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs **movidos** pelo interesse coletivo: transparentes, **francos, abertos, democráticos** (JORNALISTAS LIVRES, 2019).

Destacam que, enquanto rede, não competem entre si, e que cada um tem seu próprio lado, sendo que, individualmente, não são neutros, não são imparciais. “Nossa pluralidade é resultado do agrupamento de todos nós, não da ruptura interna de nossos corpos e mentes individuais (JORNALISTAS LIVRES, 2019).

Os *Jornalistas Livres* ressaltam que acreditam no jornalismo como potencial conhecimento transformador e formador de opinião, capaz de dar visibilidade e transpor desigualdades em prol de um mundo menos “[...] autoritário e menos concentrado”. Por outro lado, destacam não tolerar manipulações midiáticas ou políticas.

Os *Jornalistas Livres* afirmam praticar uma observação do cotidiano e aplicar o senso crítico sob um prisma positivo.

Nosso jornalismo é afirmativo, jamais reativo ou reacionário. Não somos jornalistas contra (tudo e todos), somos jornalistas a favor (da justiça, do aprimoramento humano, da convivência em sociedade, da troca, da alegria, da felicidade, da sexualidade, da paixão, do amor, da luta por um planeta mais limpo para as gerações que virão) (JORNALISTA LIVRES, 2019).

Do ponto de vista de um *ethos* jornalístico moderno, os *Jornalistas Livres* contestam a imparcialidade e, de certa forma, a objetividade, ao se reconhecerem dentro do acontecimento observado, mas reforçam a importância da instituição e das suas formas de narrar. Reforçam seu atrelamento devido ao fato e a versões de verdade que devem se aproximar de um real, obviamente, considerando que os processos de produção da notícia, desde o *gatekeeping* até publicação no portal e nas diversas redes sociais, são hoje pautados pela sociedade e atravessados pelas possibilidades tecnológicas.

Para os *Jornalistas Livres*, o jornalismo em mutação deve manter seus principais pilares, que, em seu modo de visão, não se encontram no mercado midiático, mas na potencialidade do campo e de seus atores, aos quais se incorporam os cidadãos que

podem contribuir com a notícia de boa qualidade. Aqui a presença da experiência se manifesta pela necessidade de uma tradição enquanto verdade do passado, vínculo principal com uma construção da reputação do campo jornalístico. Por outro lado, também se estrutura através da manutenção de uma linguagem jornalística, mesmo com as inovações tecnológicas acidentais e intencionais, assim, as tradicionalidades enquanto *links* que estruturam novos contratos entre público e veículo, se anunciam e correm pela rede formada em torno dos *Jornalistas Livres*.

## 4 Ilação

Em grande medida, o midialivrisimo encontra-se relacionado a uma produção midiática a partir das comunidades, coletivos e, em muitos pontos, se confunde com um ativismo midiático, ambos correndo pelas vias alternativas e buscando uma democratização do acesso à informação.

De um ponto de vista histórico, lembramos que desde a década de 1990 já havia uma blogosfera alternativa com jornalistas e cidadãos “nadando” na contracorrente do mercado de comunicação centralizador que, no Brasil, como visto, é dominado por poucos grupos. No final do século XX, nasceu o webjornalismo cidadão, com sites articulados em rede, como o *Indymedia* e o *CMI-Centro de Mídia Independente*, com “filiais” em todo o mundo, dentre outros. Eles se estruturaram e ganharam a adesão de colaboradores em várias partes do globo. O *Overmundo*<sup>7</sup>, site que destaca atividades culturais do Brasil, possui colaboradores de todos os estados e ainda se encontra em atividade.

Desse cenário inicial, proliferaram inúmeros meios e as formas e as práticas jornalísticas foram se transformando. Mais recentemente, creio ser necessário destacar, de um lado, a proliferação das mídias alternativas que ganham a rede mundial de computadores se apropriando das possibilidades tecnológicas e da convergência, modificando o processo de filtragem das informações e de construção do processo noticioso e, de outro, o fato de que os veículos de comunicação corporativos tradicionais se apropriam tanto das possibilidades tecnológicas quanto das novas linguagens e modos livres de produzir e fazer fruir a informação criadas dentro de uma rede de midialivrisimo e/ou de ativismo. Então, se, por um lado, há a inserção inegável de novas falas no campo comunicacional e na interação deste com a sociedade, por outro, há uma apropriação do campo tradicional do que há de novo e uma tentativa do mercado de manter o controle dos fluxos de comunicação e da

---

<sup>7</sup> <http://www.overmundo.com.br/>

possibilidade de atuar como formador de opinião, em muitos casos como detentor de um monopólio da fala.

Contudo, é válido observar que a comunicação segmentada que flui via redes sociais digitais e embasada em bases não factuais e, portanto, em grande medida fomentada por narrativas mentirosas, vai em certa medida ultrapassar negativamente os processos comunicacionais tanto do midialivrisimo quanto das mídias tradicionais, visto que ambos, pelo imperativo da instituição jornalística na qual se inserem, são fundamentados no factual.

Os “canais” de midialivrisimo nos trazem a possibilidade de acompanhar outros ângulos dos acontecimentos, além de possibilitar a participação comunitária sob diversas formas e fazer fruir a informação, se utilizando positivamente do arcabouço disponibilizado pelas grandes empresas do ambiente virtual, mas também procurando manter em grande medida a tradição do campo jornalístico, se utilizando das linguagens enquanto tradições e criando vínculos de tradicionalidades que interligam o passado do campo às novas experiências que se anunciam.

Do ponto de vista da centralidade midiática, na sociedade brasileira temos algumas características a serem consideradas, pois ao tempo em que as mídias eletrônicas chegam a todos os lares brasileiros, somos a sociedade com o maior número de usuários de mídias sociais digitais no mundo (REUTERS INSTITUTE, 2019). A formação das “almas” (CARVALHO, 1996), portanto, aparentemente, de um lado, ainda está nas mãos do mercado midiático/jornalístico tradicional. Entretanto, temos no Brasil, por exemplo, cerca de 120 milhões de contas de WhatsApp, aplicativo que em nosso país se transformou em rede social, a partir dos usos grupais que foram feitos no período do pleito eleitoral de 2018. A mesma pesquisa do Reuters Institute revela que um grande número de brasileiros se informa pelas redes sociais, o que abre espaço tanto para a proliferação das falsas informações, como para narrativas de proximidade que não têm o fato como guia.

Nesse contexto, portanto, as mídias livres manifestam sua importância como narradores de pontos de vista sobre acontecimentos que não se coadunam com os veículos de comunicação do mercado tradicional, nem tampouco se assemelham ao trabalho do mercado da desinformação. A importância dos veículos livres está justamente na possibilidade de não se situar acima, abaixo ou ao lado de qualquer mídia tradicional, mas em traspasar essas e se colocar no momento necessário, tensionando o campo. O *lócus* dessas mídias é o tensionamento social, com versões factuais distintas das veiculadas pelas tradicionalidades midiáticas.

A não submissão às regras de um mercado da informação, nem tampouco a um *ethos* jornalístico completamente pautado na objetividade e imparcialidade, possibilita transformações transgressoras e, ao mesmo tempo, portadoras de uma historicidade

que revela os anseios de uma sociedade em que a isenção não é mais aceita como natural. As mídias livres, como dito, possibilitam o acesso a versões factuais distintas das veiculadas comumente nos meios tradicionais. Trazem, em outro prisma, a possibilidade de produção de conteúdo e informação em comunidades fora do eixo, ao tempo em que reforçam o ativismo cultural e o mídia ativismo.

No que concerne a uma participação e formação política do cidadão comum, as articulações reticulares das mídias livres chegam a envolver jornalistas e cidadãos de todo o mundo. O uso que fazem das redes sociais e das possibilidades de caminhos para potencializar a visibilidade de forma positiva é de máxima importância para dar voz aos que não têm voz e para projetar o que comumente seria silenciado pelo mercado da informação.

Outro ponto de destaque é que as mídias livres assumem suas posições políticas partidárias e ideológicas sem abandonar a base factual de produção da informação, mantendo o vínculo com a tradição<sup>8</sup> do campo.

Dentro de uma historicidade da comunicação, percebemos que em cada temporalidade as comunidades criam meios alternativos de contra discursos oficiais ou tradicionais. Se no século XIX tínhamos os panfletários do primeiro e segundo reinado, se na ditadura civil-militar tínhamos os jornais alternativos, hoje temos uma mídia livre que ocupa linhas de tensão entre os campos político, midiático e cultural. Logo, a existência do midialivrismo é uma necessidade de nosso tempo.

Por fim, vale destacar que as mídias livres aqui relacionadas e que compõem o movimento denominado midialivrismo, no que concerne ao campo jornalístico, trazem importantes contribuições que apontam horizontes em que a informação permanece como um necessário bem público. Apontam também para rupturas do fazer jornalístico de um passado recente. Talvez o que o futuro nos reserva nem mesmo venha a se denominar jornalismo, visto que as formas de filtragem, apuração e produção, tanto quanto as formas de narrar e os processos de fruição da informação, já são bem diferentes do que se praticava e, em certa medida, ainda se pratica em grande parte dos meios jornalísticos tradicionais. Todavia, para além das transformações que estamos vivenciando, há no horizonte uma esperança para sociedade e esta passa pela qualidade da informação a que a população tem acesso. Isto se refere tanto à informação jornalística quanto à científica, histórica, política, concernente à saúde etc.

Encerro, assim, como iniciei, com Koselleck (2009), para quem todo processo de crítica e de crise, embora se estabeleça em grandes períodos, traz avanços para as sociedades. Esperamos que tragam formas promissoras para o campo jornalístico,

---

<sup>8</sup> Na Hermenêutica da Consciência Histórica de Ricoeur (2010) os conceitos de tradição, tradições e tradicionalidades também apresentam aspectos positivos.

cujas crises e impermanências nos levam a um novo pensar para o ambiente profissional.

## Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah (2011). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- (2009). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BARBOSA, Marialva e RÊGO, Ana Regina (2017). Historicidade e Contexto em perspectiva Histórica e Comunicacional. In: *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, setembro, outubro, novembro e dezembro.
- CARVALHO, José Murilo de (1996). *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras.
- CERTEAU, Michel (2011). *A escrita da história*. São Paulo: Cia das Letras.
- D'ANCONA, Matthew (2018). *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*. Barueri: Faro Editorial.
- FOER, Franklin (2018). *O mundo que não pensa*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Ditos & escritos III: arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HABERMAS, Jürgen (2019). *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- HARTOG, François (2015). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- KOSELLECK, Reinhart (2009). *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- (2015). *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- KUKATANI, Michico (2018). *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- LEAL, Ranielle (2018). *O jornalismo nas crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho*. Porto Alegre: FAMECOS-PUC-RS [TESE].
- RANCIÈRE, Jacques (2018). *O Desentendimento*. São Paulo: Ed. 34.

- (1995). *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34.

RICOEUR, Paul (2012). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp.

-(2010). *Tempo e Narrativa*. V.1,2,3. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1993). O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: teorias, questões e estórias*. Lisboa: Vega.

SIMON, Hebert (1979). Rational Decision Making in Business Organization. *American Economic Review*. v. 69, September, 1979, p. 493-513.

SODRÉ, Muniz (2014). *A ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes.

ZIZEK, Slavoj. *Acontecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.